

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 244

Período: 14/04/07 a 20/04/07

Franca – Brasil

- 1- Justiça suspende decisão que barra licença de Angra 3
- 2- Fernando Henrique Cardoso e Sérgio Cabral se posicionam sobre o uso do Exército no combate à violência
- 3- Brasil figura no mercado internacional como importante exportador de armas
- 4- Governo comprime gasto com militares em prol dos servidores civis
- 5- Presidente decide adiar desmilitarização do controle do espaço aéreo
- 6- Militares brasileiros temiam que a Argentina invadisse o rio Grande do Sul
- 7- Estudiosos comentam a tensão que caracteriza elo de governo e militares no Cone Sul
- 8- Exército bloqueia invasão do MST à propriedade da instituição
- 9- Brasil pretende negociar acordo de cooperação nuclear com a Índia
- 10- Forças Armadas recusam pedido de ajuda na Segurança Pública do Rio de Janeiro
- 11-Brasil pode ser julgado pela OIT por não oferecer boas condições de trabalho aos controladores de voo
- 12- Colunista da Folha escreve sobre a data comemorativa do Exército
- 13- EUA e ONU fazem pressão para que o Brasil receba refugiados
- 14-OAB solicita auxílio das Forças Armadas a Alagoas
- 15-Comandante da Aeronáutica profere palestra à FAB
- 16-Armas pertencentes ao Exército são recuperadas depois de roubadas

1- Justiça suspende decisão que barra licença de Angra 3

Segundo a *Folha de S. Paulo*, a Justiça de Angra dos Reis suspendeu a liminar, concedida em Novembro, que impedia o licenciamento ambiental de Angra 3. A partir deste ato, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) poderá analisar o impacto ambiental da usina nuclear e realizar as audiências públicas previstas em lei. (Folha de S. Paulo – Dinheiro - 14/04/07)

2- Fernando Henrique Cardoso e Sérgio Cabral se posicionam sobre o uso do Exército no combate à violência

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, na coluna Opinião da *Folha de S. Paulo* do dia 14/04/07, defendeu, com base em incisos presentes na Constituição, o uso do Exército como instrumento de manutenção da segurança pública. Entre seus argumentos, ele cita, por exemplo, o artigo 15, da lei complementar nº 97 de 1999, que regula o emprego das Forças Armadas. Alegou, ainda, que o estado do Rio possui o maior contingente das Forças Armadas no Brasil, onde estão sediadas bases importantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, as quais contam, não somente com recrutas, mas soldados especializados em diversos tipos de operações, inclusive de policiamento, como a que vem sendo feita no Haiti. Além disso, Cabral apoiou a necessidade de flexibilização das funções constitucionais das Forças Armadas para que essas colaborem de modo mais efetivo com o desenvolvimento da nação. Também, de acordo com a *Folha de S. Paulo*, o ex-presidente Fernando Henrique

Cardoso comentou o assunto, mas disse que o Exército não é o instrumento mais adequado para combater a criminalidade. (Folha de S. Paulo – Cotidiano - 14/04/07; Folha de S. Paulo – Opinião - 14/04/07).

3- Brasil figura no mercado internacional como importante exportador de armas

O jornal *O Globo* noticiou que a indústria bélica nacional vem obtendo conquistas significativas no mercado internacional de armas. Com base em estudo da Small Arms Survey, organização do Instituto de Estudos Internacionais de Genebra, Suíça, o Brasil foi apontado como o segundo maior produtor de armas das Américas, atrás apenas dos Estados Unidos, e entre os maiores do mundo, ao lado de países como China, Rússia, Alemanha e Bélgica. A Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, pertencente ao Exército e responsável pelo controle da produção de armas no Brasil, apontou que, entre os anos de 2002 e 2006, foram produzidas no país 2,31 milhões de armas, das quais 1,78 milhão (77%) foi exportado. Mesmo sendo grandes produtores, os Estados Unidos representaram o principal destino das armas nacionais, apontando à frente de Indonésia, Iêmen, Argentina e Alemanha. Segundo avaliação da organização não-governamental Comunidade Segura, a intensa atividade do Brasil com o exterior nesse ramo industrial rendeu ao país, nos últimos quinze anos, US\$ 1,8 bilhão, dos quais US\$ 802 milhões em armas. (O Globo – O País – 15/04/07).

4- Governo comprime gasto com militares em prol dos servidores civis

O jornal *Folha de S. Paulo* divulgou que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no seu primeiro mandato, comprimiu o gasto *per capita* referente aos servidores militares, enquanto expandiu o relativo aos servidores civis. A nota técnica nº01/2007 do Ministério do Planejamento revelou que o custo unitário médio do servidor militar da ativa, que engloba gasto com salários, encargos e benefícios, caiu 19,2% em termos reais entre 2002 e 2006; porém, no mesmo período, o custo médio com civis subiu 5,29% acima da inflação. Em consequência da queda dos gastos com os militares, estaria havendo uma crescente e visível inquietação nas três Armas. Geraldo Cavagnari, membro do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) da Universidade de Campinas (Unicamp), contudo, lembra que o processo de achatamento dos salários dos militares vem ocorrendo desde o governo Cardoso e não se trata de algo específico do governo Lula. (Folha de S. Paulo – Brasil – 15/04/07).

5- Presidente decide adiar desmilitarização do controle do espaço aéreo

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de adiar a desmilitarização do controle do espaço aéreo por prazo indeterminado foi relatada pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Para tomar a decisão, o presidente Lula se baseou na avaliação feita pelo comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, que, negando críticas tanto a respeito da defasagem dos equipamentos e do sistema de controle do espaço aéreo nacional, como das más condições de trabalho e baixos salários dos operadores de vôo, atribuiu toda a responsabilidade pela recente crise a estes operadores. Enquanto a situação com os controladores e o risco de novos apagões não fossem definitivamente resolvidos, o presidente Lula optou por adiar a desmilitarização e, também, deu o aval ao brigadeiro Saito para reprimir possíveis motins no

controle do tráfego aéreo. Quanto à conduta da Aeronáutica, o brigadeiro Saito e o Alto Comando da Força concluíram que não atenderiam a reivindicações dos sargentos controladores e puniriam os líderes de novas manifestações. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 15-04/07).

6- Militares brasileiros temiam que a Argentina invadisse o rio Grande do Sul

O jornal *O Estado de S. Paulo* lembrou que, no período anterior à Segunda Guerra Mundial, os militares brasileiros reconheceram que o estado do Rio Grande do Sul poderia ser facilmente ocupado pela Argentina, por conta da deficiência da malha ferroviária do sul do país. A avaliação esteve presente em comunicação secreta enviada pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) à presidência da Comissão de Estudos de Segurança Nacional, em 11 de janeiro de 1938 e preconizava a expansão das linhas ferroviárias nacionais como questão de defesa do território brasileiro. O documento, preparado pelo então secretário do CSN, general Francisco José Pinto, simulava a hipótese de uma invasão Argentina ao Rio Grande do Sul e desenhava um cenário estratégico negativo para o país, em que havia inferioridade de meios do Brasil, o que levaria à perda de metade do mesmo caso a invasão se concretizasse. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/04/07).

7- Estudiosos comentam a tensão que configura o elo de governo e militares no Cone Sul

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que, segundo opiniões de analistas de defesa do Cone Sul, os países da região ainda conviveriam com falhas no controle público-civil das Forças Armadas e arrastariam debilidades institucionais advindas das ditaduras militares das décadas de 60 a 80. Com graus diferentes, apontam os especialistas, Chile, Argentina, Uruguai e Brasil ainda não completaram a transição, já que não adequaram as Forças Armadas a um regime democrático. Isto seria um indício e ao mesmo tempo uma das causas de a democracia não ter alcançado sua plenitude. O cientista político uruguaio Juan Rial ressalta a falta de civis preparados para lidar com a Defesa, a necessidade de debates para o novo papel a ser exercido pela instituição armada e a sobrevivência da irresoluta questão de violações dos direitos humanos durante os regimes de exceção. Com respeito à questão da participação das Forças Armadas na segurança interna, diferentemente do Brasil, nos demais países do Cone Sul o tema não apareceria com tanta força. Um dos principais estudiosos brasileiros de Defesa, Jorge Zaverucha, da Universidade de Pernambuco, posiciona-se contra o envolvimento militar no combate à criminalidade urbana, por se tratar de missões e funções diferentes das que devem cumprir as Forças Armadas. (Folha de S. Paulo – Mundo – 15/04/07).

8- Exército bloqueia invasão do MST à propriedade da instituição

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiu no dia 15/04/07 uma propriedade do Exército no Estado de Santa Catarina (SC) e deixou o local no dia 16/04/07 sob queixa de que foram ameaçados pelos militares. Segundo o movimento, cinco tanques de guerra foram usados na ação, que contou com aproximadamente 500 militares. Eles teriam cercado o local e, portando escopetas e fuzis, ordenaram a retirada dos invasores. Após tensas negociações, os agricultores deixaram o local. O ministro da Defesa, Waldir Pires, foi

informado sobre o caso. O MST anunciou que seguirá exigindo a desapropriação da área. (Folha de S. Paulo – Brasil – 17/04/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/04/07; O Globo – O País – 17/04/07).

9- Brasil pretende negociar acordo de cooperação nuclear com a Índia

Conforme comentado pelo *Informe Brasil 243*, Brasil e Índia podem, em breve, assinar um acordo de cooperação nuclear. Nesta semana, *O Estado de S. Paulo* pontuou que a questão foi vista pela imprensa indiana como uma tentativa do Brasil, dono de uma das maiores reservas de urânio do mundo, de tirar proveito do acordo entre os Estados Unidos e a Índia e de aumentar suas exportações. Tal acordo foi assinado no ano de 2006, sendo que os Estados Unidos forneceram tecnologia e equipamentos ao governo indiano e, em contrapartida, a Índia separou seus programas militares dos civis e aceitou as inspeções internacionais em 14 de suas 22 plantas nucleares. Entretanto, a operacionalização do acordo precisa do aval do Grupo de Fornecedores Nucleares, bloco dos 44 maiores fornecedores de urânio do mundo, entre eles o Brasil. Para evitar a proliferação de armas, o grupo avalia cada pedido de importação de urânio e há anos mantém posição restritiva em relação à Índia. Amorim indicou que o Brasil está disposto a analisar a questão de forma positiva, sempre em consonância com as regras da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e com a finalidade pacífica do uso da energia nuclear. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/04/07).

10- Forças Armadas recusam pedido de ajuda na Segurança Pública do Rio de Janeiro

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, em reunião ocorrida no dia 16/04/07 entre o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, os ministros da Defesa, Waldir Pires, e da Justiça, Tarso Genro, e os comandantes das Forças Armadas, o general Enzo Martins Peri (Exército), o almirante Júlio Soares de Moura Neto (Marinha) e o brigadeiro Juniti Saito (Aeronáutica), foi determinado que o pedido de Cabral, feito no dia 12/04/07, para que o Exército atuasse na Segurança Pública da capital do estado, Rio de Janeiro, por enquanto, contará apenas com a atuação militar da Força Nacional de Segurança. De qualquer forma, o pedido de ajuda deve ter resposta definitiva do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no prazo de quinze dias a contar a partir do dia 16/04/07. Para Pires, “a Constituição e a lei estabelecem determinados limites para o poder do Presidente da República. Portanto, a decisão de Lula não é a bastante. Já Cabral insiste na interpretação de que a Constituição permite a atuação do Exército em locais determinados e com duração estabelecida. Diante dos impasses, definiu-se que as secretarias Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e do Estado do Rio, juntamente com a Polícia Militar estadual, prepararão um plano sobre uma futura ação das Forças Armadas. O documento será levado a Lula depois de ser discutido com o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Para as Forças Armadas, sua atuação no rio de Janeiro depende de duas medidas: uma “diretriz presidencial”, com a determinação de quanto tempo, que missão exercerão e quais serão os comandantes das operações e uma ordem que confere aos militares o “poder de polícia”, o que pode ser feito por meio de uma Medida Provisória, que precisaria ser transformada em lei. Ainda segundo os militares, a situação atual de violência do Rio de Janeiro é a mesma de 2006 e é preciso fazer um trabalho de base nas forças estaduais. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/04/07; O Globo – Rio – 17/04/07;

Jornal do Brasil – O País – 17/04/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 18/04/07; O Globo – Rio – 18/04/07; Jornal do Brasil – Cidade – 18/04/07, O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 19/04/07).

11- Brasil pode ser julgado pela OIT por não oferecer boas condições de trabalho aos controladores de voo

Conforme noticiou o jornal *Folha de S. Paulo*, a Federação Internacional de Trabalhadores em Transporte (ITF) planeja denunciar o Brasil à Organização Internacional do Trabalho (OIT) devido às más condições de trabalho alegadas pelos militares que atuam como controladores de tráfego aéreo e aos problemas como a falta de investimentos no setor. O texto final elaborado pela ITF não foi conclusivo, porém, segundo a *Folha de S. Paulo*, ele deve conter informações relativas à sobrecarga de trabalho dos controladores, aos atrasos nos vôos, à defasagem e aos problemas técnicos que restringem e afetam as tarefas dos controladores, além de prever um acordo ou negociação entre as partes. A OIT é uma agência das Nações Unidas cuja principal função é a defesa dos direitos trabalhistas, mas não se sabe se é de sua competência considerar queixas relativas a condições de trabalho dentro das Forças Armadas de seus países membros. A Força Aérea Brasileira (FAB) continua negando problemas nos equipamentos e afirmou que o déficit de pessoal será suprido até o ano de 2008. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 19/04/07*).

12- Colunista da Folha escreve sobre a data comemorativa do Exército

Na coluna *Opinião* da *Folha de S. Paulo* do dia 19/04/07, Ives Granda da Silva Martins elaborou um breve histórico sobre a atuação do Exército brasileiro, procurando destacar os valores culturais do país afirmados pela força. A Batalha de Guararapes, considerada uma batalha de afirmação do país, teve sua data escolhida pelo Exército como data maior: dia 19/04/1643. O texto ainda mostra que no curso da história brasileira, o Exército tem procurado valorizar a cultura multifacetada dos cidadãos, tanto em atuações internas, como nas externas, citando os exemplos do corpo expedicionário na II Guerra Mundial, a participação em missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Hoje, de acordo com o texto, o papel das Forças Armadas contido na Constituição de 1988 volta-se à “integração nacional, proteção das instituições democráticas e de nossas fronteiras contra os riscos externos, representados por movimentos de internacionalização de partes de nosso território, que surgem, principalmente, no que concerne à Amazônia”. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 19/04/07*).

13- EUA e ONU fazem pressão para que o Brasil receba refugiados

O jornal *O Estado de S. Paulo* anunciou que o governo norte-americano e a Organização das Nações Unidas (ONU) estão pressionando o Brasil para que este receba refugiados palestinos que hoje vivem em Bagdá. O Brasil hesita em aceitar a proposta, com receio de que conote apoio à Guerra no Iraque. O Itamaraty alertou que a questão só será resolvida quando houver a estabilização da região e o fim da violência. De acordo com o jornal, o Brasil abriga atualmente 4 mil refugiados, apesar de documentos da ONU afirmarem que somente na Amazônia vivem 15 mil colombianos. Em relação aos palestinos, a idéia é a de que o Brasil receba inicialmente 30 pessoas, para uma fase de testes. No dia 18/04/07, o

embaixador brasileiro Sérgio Florêncio discursou na ONU, dizendo que o Brasil preocupa-se com as condições humanitárias no Iraque e apontou que o recebimento de refugiados no Brasil segue certos critérios técnicos. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 19/04/07).

14-OAB solicita auxílio das Forças Armadas a Alagoas

De acordo o *Jornal do Brasil*, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do estado de Alagoas, Omar Coelho de Mello, solicitou ao presidente, Lula da Silva, ao ministro da justiça, Tarso Genro e ao governador estadual, Teotônio Vilela Filho, o envio de tropas militares a Alagoas, tendo em vista a situação instalada em decorrência do aquartelamento dos policiais militares que deveria, segundo o jornal, persistir até o último sábado (21/04). A presença dos militares estaria sendo requerida, segundo o presidente da OAB, devido à fuga de bandidos de alta periculosidade. Não há resposta para a solicitação. (Jornal do Brasil – País – 20/04/2007).

15-Comandante da Aeronáutica profere palestra à FAB

O *Jornal do Brasil* anunciou que na última sexta-feira (20), o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, proferiria a palestra: “A Força Aérea Brasileira – necessidades e perspectivas”, durante a Feira Latino-Americana de Defesa e Aviação Civil. O conteúdo da palestra ainda não foi apurado pelo *Informe Brasil*. (Jornal do Brasil – Rio – 20/04/2007).

16-Armas pertencentes ao Exército são recuperadas depois de roubadas

Policiais da Delegacia de Repressão a Armas e Explosivos (Drae) apreenderam na quarta-feira (18), no morro Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, Rio de Janeiro, duas metralhadoras Browning, calibre 30 e uma pistola calibre 45, ambas de uso exclusivo do Exército. Segundo o *Jornal do Brasil*, elas foram roubadas do Forte de Copacabana, no dia 26 de março. (Jornal do Brasil – Rio – 20/04/2007).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Alexandre K. Yasui Matsuyama (Redator, graduando em Relações Internacionais); Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva

(Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP), João Paulo Guerra Rotelli (Redator, graduando em Relações Internacionais) e Leonardo Soares de Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq).